

Leiloar o maior campo já descoberto do mundo é inaceitável

Enquanto no resto do mundo os países exportadores de petróleo ficam com 80% do óleo-lucro – uma média de 72% do óleo produzido –, o governo brasileiro fixou para o leilão de Libra o pagamento mínimo de 41,65% à União. Em um campo sem riscos, de óleo de excelente qualidade, não seria razoável menos de 80%

POR FERNANDO SIQUEIRA*

Com as bênçãos do governo e do Poder Legislativo, um crime contra a soberania nacional está em andamento e já tem data marcada. O Campo de Libra, situado na província brasileira do pré-sal, na Bacia de Santos, que é a maior descoberta de petróleo convencional do século XXI, irá a leilão no dia 21 de outubro, na primeira rodada de licitações da camada do pré-sal. O pontapé inicial foi dado no dia 3 de setembro, com a publicação do edital. Todo o processo culminará, em novembro, na assinatura dos contratos com os consórcios vencedores, novos donos de um tesouro nacional

A pressão das *majors* (ou Big Oils, ou sete irmãs) sobre o governo brasileiro foi muito forte. O seminário sobre óleo e gás em fevereiro de 2013 no Riocentro teve como tema central a reabertura dos leilões. Depois veio o vice-presidente norte-americano Joe Biden pressionar, pessoalmente, a presidente Dilma Rousseff e a presidente da Petrobras, Graça Foster. A escolha de Libra para essa licitação sob o regime de partilha satisfaz as exigências. A área é imensa, e não será necessária a atividade de exploração, pois o campo já foi descoberto. O ganhador só vai desenvolver o campo, que hoje já se sabe conter muito petróleo. De acordo com testes de curta duração feitos pela Petrobras, que perfurou o campo, os volumes *in place* situam-se entre 28 bilhões e 42 bilhões de barris. Se considerarmos um fator de recuperação de 35% (média dos campos da Bacia de Campos), os volumes recuperáveis podem variar entre 10 bilhões e 15 bilhões de barris. Mas geólogos da Petrobras estimam em mais de 15 bilhões.

A Agência Nacional do Petróleo (ANP) fixou em 41,65% a parcela mínima da União no leilão de um campo já perfurado, testado e comprovado que abriga reservas fantásticas. Os dados que mais assustam, no entanto, estão relacionados às facilidades oferecidas pelo governo para que as empresas estrangeiras se apropriem de uma de

nossas maiores e mais estratégicas riquezas. O governo vem causando um prejuízo crônico à Petrobras, reduzindo drasticamente seu caixa, obrigando-a, de forma ilegal, a comprar combustíveis no exterior e vender mais barato para as distribuidoras, suas concorrentes. Ao mesmo tempo, retoma o campo que estava com a Petrobras por conta da cessão onerosa e estabelece um bônus de assinatura de R\$ 15 bilhões, que prejudica a Petrobras e impede a participação das demais empresas nacionais.

Quando o pré-sal foi descoberto, imediatamente foi reativada a quarta frota norte-americana para “proteger o Brasil”, uma pressão militar óbvia

Enquanto no resto do mundo os países exportadores de petróleo ficam com 80% do óleo-lucro – uma média de 72% do óleo produzido –, o governo brasileiro fixou para o leilão de Libra o pagamento mínimo de 41,65% à União. Em um campo sem riscos, de óleo de excelente qualidade, não seria razoável menos de 80%. Estamos leiloando um bilhete premiado. Nenhum país soberano e independente faz esse tipo de leilão. “A ideia é atrair as empresas estrangeiras e não espantar investidores”, diz a ANP. As entidades nacionalistas buscam instrumentos jurídicos para impedir o leilão.

O Congresso Nacional defendeu, até o último minuto, a destinação mínima de 60% desse óleo-lucro para a União, mas foi vencido ao final. Após reunião dos ministros da Educação, Aloizio Mercadante, e das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, com os líderes do governo na Câmara, a exigência dos 60% caiu “em nome de uma maior segurança jurídica das empre-

sas que disputarão a licitação”. A votação, em 14 de agosto, foi rápida após o acordo com o Planalto e sepultou de vez a garantia de retorno decente para o país. Os 41,65% são um valor irrisório para o que representa o manancial do Campo de Libra. Ora, os leilões já não têm sentido por termos autossuficiência para mais de cinquenta anos, quanto mais nas condições desse campo perfurado, com reservas de 15 bilhões de barris e risco zero. Se alguém arrematar por menos de 60%, o leilão apresentará um fabuloso prejuízo.

Pior é que a ANP e o governo enganam a nação quando dizem que a petróleo. Ora, o produtor fica com 40% do petróleo para remunerar seu custo de produção (esse custo é cerca de US\$ 40 por barril); o contrato prevê que os *royalties*, de 15%, serão também ressarcidos ao produtor. Sobram 45% para a partilha. Se o vencedor oferecer 60%, a União ficará com 60% de 45%, ou seja, 27% do petróleo produzido. E o consórcio, este sim, ficará com 73% do petróleo. Absurdo!

DE VOLTA ÀS PRIVATIZAÇÕES

Em entrevista recente concedida ao jornalista Paulo Henrique Amorim, o ex-presidente da Petrobras do governo Lula, Sérgio Gabrielli, afirmou que leiloar Libra “vai na contramão da lei de partilha”. Ele destacou outro ponto sensível do edital: o bônus de R\$ 15 bilhões pedido pela ANP à empresa vencedora do leilão. Segundo o ex-presidente, tais procedimentos estão “mais próximos da concessão de FHC do que da partilha”. Ele se refere à Lei das Concessões (Lei n. 9.478, de 1997), do presidente Fernando Henrique Cardoso, que era destinada a áreas de alto risco exploratório e exigia um bônus alto, uma vez que o concessionário passava a ser o proprietário do petróleo.

Na mesma entrevista, Gabrielli declarou: “Como diminuí o risco de exploração, o grande elemento a definir passa a ser como partilhar o lucro futuro. Então, o grande elemento deve ser a participação no lucro-óleo que deverá

voltar ao Estado. À medida que você coloca um bônus muito alto, a partilha do lucro no futuro é menor. Ao fixar o bônus alto, você tem uma visão de curto prazo na exploração e no desenvolvimento de um recurso que já tem o grau de confirmação muito alto. [...] Mesmo com a certeza de que lá tem petróleo, você submete todo o ganho potencial futuro do Estado a uma parcela menor – o que é ruim, no novo conceito de partilha. [...] Nessa operação de R\$ 15 bilhões, o governo vai receber de imediato, mas a consequência disso é que, no lucro do futuro, o governo vai ficar com uma fatia menor”. Ou seja, o mas compromete seriamente o futuro.

Na verdade o governo estabeleceu um bônus alto com dois objetivos: 1) dificultar a participação de empresas nacionais, inclusive a Petrobras, estrangulada por ele; e 2) atingir a meta do superávit primário, que precisa de R\$ 15 bilhões para se completar.

CONJUNTURA INTERNACIONAL ATERRADORA

O momento em que o leilão ocorre é outro ponto relevante. A insegurança energética mundial é imensa. Estados Unidos, Europa e Ásia, além do cartel internacional, estão cada vez mais dependentes do petróleo das reservas mundiais, escassas, com cerca de 60% no Oriente Médio. Quando o pré-sal foi descoberto, imediatamente foi reativada a quarta frota norte-americana para “proteger o Brasil”, uma pressão militar óbvia. Ao mesmo tempo, o cartel internacional das petrolíferas vem agindo pelos bastidores. No setor, o *lobby* do cartel está profundamente infiltrado dentro do Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP), da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) e da Organização Nacional dos Industriais do Petróleo (Onip). Todos eles juntos conseguem dobrar os três poderes do país. Só as manifestações do povo nas ruas poderão reverter essa submissão. ❷

*Fernando Siqueira é vice-presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet).